
CIDADES, Comunidades e Territórios



Índice de Desenvolvimento Social em Aracaju (SE):

A realidade urbana em 2000 e em 2010

Christiane Freitas Pinheiro de Jesus¹, IBGE – Unidade de Sergipe, Brasil

Nelson Wellausen Dias², IBGE – Unidade de Sergipe, Brasil

Abstract

The economic dynamics in Sergipe, from the 70s, intensified migration to Aracaju and adjacent municipalities, causing a new urban setting, especially in the capital. Changes of this process directly impact the social development of the population and reflect on quality of life. Despite these changes, Aracaju has been considered, since 2005, as the capital of the quality of life. However, this qualification failed to consider some aspects related to social development, as well as the increase in irregular settlements known as slums. Thus, this study sought to calculate the Social Development Index - SDI for Aracaju, assessing the changes in the urban reality in the years 2000 and 2010, paralleling the spatial distribution of slums. The methodology adopted was based on the proposition of Cavallieri and Lopes (2008), using some dimensions to characterize the urban setting: access to sanitation, quality of housing, schooling, and disposable income, based on data by census tracts, available by censuses conducted by IBGE in 2000 and 2010. The results showed changes in the socio-spatial mesh of the city. These changes reflect that the impacts of urban growth is not always accompanied by the necessary supply of infrastructure, housing, and sanitary services within the census tracts that make up the Urban Expansion Area and outlying area west and north/northwest. On the other hand, results showed positive developments in sectors that make up the northeast, central, and north-central regions of the city.

Keywords: Urban Growth; Census Tracts; Geoprocessing; Slums.

1. Introdução

O Índice de Desenvolvimento Social (IDS), segundo Cavallieri e Lopes (2008), é um índice sintético que combina variáveis voltadas ao desenvolvimento social em áreas urbanas. Tem como finalidade medir o grau deste desenvolvimento em uma determinada área geográfica, comparando-a com outras de mesma natureza. Inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IDS inclui dimensões que caracterizam o aspecto

¹ Geógrafa, Analista em Geoprocessamento, christiane.jesus@ibge.gov.br.

² Oceanógrafo, Analista em Geoprocessamento, nelson.dias@ibge.gov.br

urbano propriamente dito, tais como, acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda.

O crescimento urbano de Aracaju, de acordo com Santos e Rodrigues (2010), teve grande impulso na metade do século XX, graças ao início da exploração de recursos minerais (principalmente o petróleo pela Petrobrás) no Estado e intensificou-se a partir de 1970, com a construção de conjuntos habitacionais pelo governo estadual, em regiões que fazem fronteira com a capital do Estado. Os dados dos censos demográficos do IBGE, a partir desta década, demonstram que a população rural de Aracaju (2,39%) foi se transformando em uma população predominantemente urbana já em 1991, quando 100% do município já era considerado como urbano.

O crescimento demográfico acelerado não foi acompanhado pelo aporte de infraestrutura, saneamento e habitação necessários para atender à crescente demanda. A Região Metropolitana de Aracaju (RMA) tem sido o palco principal das consequências deste fenômeno urbano no estado de Sergipe, especialmente a cidade de Aracaju, sede da RMA, devido à imigração de pessoas provenientes de áreas rurais ou de outros estados da Federação. O fenômeno não é alheio à realidade das outras capitais brasileiras, especialmente a partir da década de 50, quando o processo de urbanização, catalisado pelo crescimento industrial, torna-se cada vez mais intenso.

Apesar disso, em 2005 foi divulgada uma pesquisa, feita pela Fundação Getúlio Vargas, encomendada pelo Ministério da Saúde, que enquadra Aracaju como a capital Norte/Nordeste em qualidade de vida e a classifica como a 12ª melhor cidade do país para se viver. O estudo baseou-se no índice de satisfação dos habitantes, utilizando dados da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF 2002/2003, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações sobre a satisfação das pessoas em relação a quesitos como: oferta de serviços públicos, alimentação, moradia, renda e segurança.

No entanto, percebe-se que o suposto “grau de satisfação das pessoas”, além aproximar-se do campo da subjetividade, nem sempre expressa a realidade urbana vivida. Nahas (2008) destaca que, a partir da década de 1990, a discussão acerca da qualidade de vida urbana ganhou relevância e se incorporou ao debate político e acadêmico internacional. O conceito passa a ser visto como expressão da preocupação mundial com as consequências socioambientais do acelerado processo de urbanização. Neste aspecto, vale ressaltar a importância dos fatores sociais, como a garantia de acesso aos serviços básicos de saneamento, educação, renda e moradia, os quais foram balizadores na construção do indicador sintético proposto neste trabalho.

Jannuzzi (2005) descreve um conjunto de indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Faz menção às críticas direcionadas aos índices sintéticos, porém pondera suas vantagens legitimadas pelos resultados.

“Por mais consistentes que sejam as críticas, é preciso reconhecer que os indicadores sintéticos acabaram por se legitimar em diversos aspectos. A legitimidade social dessas propostas de indicadores tem-se demonstrado pela visibilidade e frequência que eles têm conferido às questões sociais na mídia – pelo formato apropriado para a síntese jornalística – e à instrumentalização política do movimento social e das ONGs no monitoramento dos programas sociais. O fato de que alguns desses indicadores foram criados sob encomenda – e mesmo com a participação – de gestores públicos e legisladores certamente lhes confere legitimidade política. O fato de que os índices acabam aparentemente «funcionando» bem, apontando o que se espera que apontassem – as iniquidades, os bolsões de pobreza, etc. garantem-lhes também legitimidade técnica. Também desfrutam de legitimidade científica, já que vários desses projetos têm obtido financiamento de agências nacionais e internacionais de fomento à pesquisa.” (Januzzi, 2005: 147).

O índice sintético utilizado – o IDS, já foi aplicado para avaliar a realidade microurbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, permitindo comparações entre as regiões administrativas e os bairros da metrópole. Este trabalho tem como objetivo replicar este modelo, calculando e avaliando o IDS para a cidade de Aracaju, com base na metodologia descrita por Cavallieri e Lopes (2008). As realidades microurbanas da capital foram comparadas utilizando os dados dos censos demográficos 2000 e 2010, realizando ainda um paralelo entre os aglomerados subnormais identificados nos respectivos períodos pelo IBGE.

2. Material e métodos

2.1. Contextualização da área de estudo

A cidade de Aracaju faz parte da RMA, instituída pela Lei Estadual n.º 25/95 (Menezes e Vasconcelos, 2011: 151) e constituída pelo agrupamento dos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, conforme Figura 1. O cálculo do IDS e sua comparação entre os períodos de 2000 e 2010 restringiram-se à sede da RMA, por ser o único município, até o presente, totalmente urbano e por apresentar a maior coincidência entre as malhas urbanas nos dois períodos considerados (2000 e 2010).

Figura 1. Localização do município de Aracaju, sede da RMA



Fonte: Malha digital municipal de Sergipe. IBGE (2010).

2. Procedimentos metodológicos

Os dados que compõem as variáveis analisadas foram espacializados por setores censitários que formam as referidas malhas. Estes setores são definidos pelo IBGE (2010: 17), como unidades territoriais de coleta e de

controle cadastral, percorridas por um único recenseador, contínua e situada em área urbana ou rural de um mesmo distrito, em função do perímetro urbano (linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal). A partir do método proposto por Cavallieri e Lopes (2008), para cálculo do IDS na cidade do Rio de Janeiro, foram adotados os Domicílios Particulares Permanentes Ocupados (DPPO), por setores censitários, como a menor unidade base para os resultados. Isto facilita a comparação com resultados de outros anos. Os referidos autores ainda destacam que, este nível de desagregação espacial, para o qual o IDS pode ser calculado, é uma peculiaridade que o diferencia de tantos outros índices igualmente importantes.

Foram consideradas no cálculo quatro dimensões de análise, construídas a partir de 10 indicadores, extraídos dos dados disponíveis nos Censos 2000 e 2010, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1. Dimensões de análise e indicadores utilizados no cálculo do IDS

DIMENSÃO	INDICADORES
Acesso a saneamento básico	<ul style="list-style-type: none"> - Percentagem dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequada (com canalização interna e ligados à rede geral); - Percentagem dos domicílios com serviço de esgoto adequado (ligados à rede geral); - Percentagem dos domicílios com serviço adequado de coleta de lixo; - Número médio de banheiros por pessoa.
Grau de escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> - Percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos; - Percentagem de analfabetismo dos responsáveis por domicílio com 10 anos ou mais; - Percentagem dos responsáveis por domicílio com 3º grau completo.
Disponibilidade de renda	<ul style="list-style-type: none"> - Rendimento médio dos responsáveis por domicílio em salários mínimos; - Percentagem dos responsáveis por domicílio com renda até dois salários mínimos; - Percentagem dos responsáveis por domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos.

Fonte: Adaptado de Cavallieri e Lopes (2008: 3-4).

Os dois últimos indicadores da dimensão Grau de escolaridade foram modificados do método de Cavallieri e Lopes (2008), por apresentarem algumas diferenças no procedimento de coleta dos dados entre um censo e outro, porém, o fenômeno continuou sendo o mesmo, dentro da dimensão correspondente.

A escolha dos indicadores utilizados, apesar de limitada, cobre, segundo os referidos autores, um amplo espectro sócio urbanístico, caracterizando situações relativas tanto ao domicílio, quanto às pessoas que o habitam. Outras variáveis poderiam ser incluídas nestes indicadores, seguindo métodos diversos para cálculo de índices sintéticos similares, citados por Jannuzzi (2005: 146), a exemplo do IDS proposto pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) ou do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) calculado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. No entanto, para efeito comparativo entre os períodos considerados (2000 e

2010), dois fatores foram preponderantes na escolha do método adotado: a qualidade estatística e a disponibilidade dos dados de forma mais equitativa possível entre os dois períodos.

Os cálculos foram realizados utilizando planilhas em Excel e as análises espaciais foram realizadas pelas técnicas de sobreposição de mapas utilizando software de geoprocessamento: ArcGis 10 e Geomedia 6.1. As ferramentas disponibilizadas por estes software permitiram o cruzamento das informações relativas aos indicadores utilizados no cálculo do IDS com temas como bairros e aglomerados subnormais e sua respectiva classificação automática por setores censitários. As informações geradas puderam ser organizadas num banco de dados geográfico, o que facilitará a atualização das informações e o possível acréscimo de novas variáveis espaciais.

Os procedimentos adotados envolveram as etapas que seguem:

I) Normalização dos valores de cada um dos 10 indicadores, a fim de que todos sejam compatibilizados e tenham o mesmo intervalo de variação, numa escala de 0 a 1. Para tanto, todos resultados em percentuais foram divididos por 100 e para os resultados em valores médios, aplicou-se a equação (1):

$$VN_{ij} = 1 - (MVi - Vij) / (MVi - mVi) \quad (1)$$

em que VN_{ij} é o valor normalizado na escala de 0 a 1 do indicador i no lugar j ; MVi é o maior valor obtido pelo indicador i entre todos os recortes geográficos pesquisados; Vij é o valor obtido pelo indicador i no lugar j e mVi é o menor valor obtido pelo indicador i entre todos os recortes geográficos pesquisados.

A escala de 0 a 1 indica que quanto mais próximo a 1, melhores serão as condições de desenvolvimento social e quanto mais próximo a 0, estas condições serão menos favoráveis.

II) Cálculo da média aritmética simples, considerando cada valor obtido por cada indicador por setor censitário. O resultado desta média corresponde ao IDS.

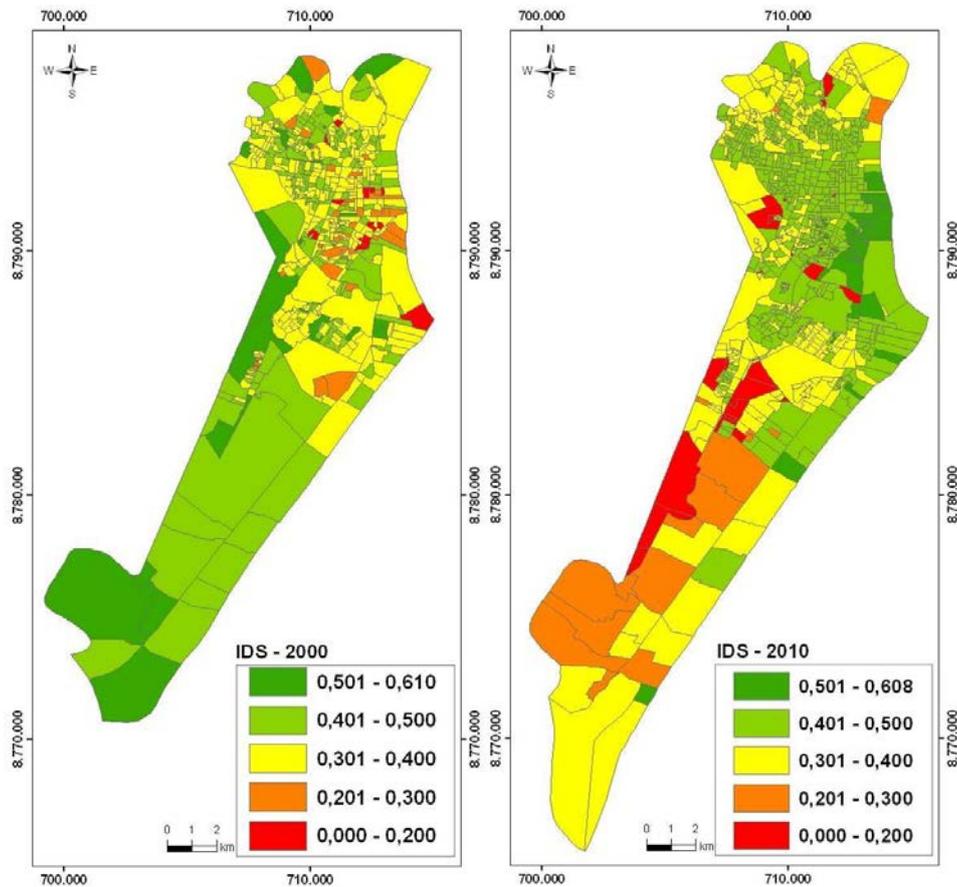
III) Espacialização do índice, através da ferramenta de “*join*” ou junção entre as tabelas e o cruzamento com a malha de bairros de Aracaju.

3. Resultados e discussão

3.1. Análise da distribuição espacial

Entre 2000 e 2010 o número de setores censitários para Aracaju saltou de 502 para 764, a população aumentou de 461.534 para 571.149 habitantes. Este fato, por si só, já é suficiente para favorecer uma demanda muito forte pelos serviços públicos e pelo desenvolvimento social. O crescimento populacional não foi acompanhado pelas obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento social pleno, o que ocasionou, em alguns setores, o declínio nos valores do IDS. Em outros setores, porém, verificou-se um aumento dos valores de IDS em razão de melhorias nos serviços básicos. Este fato, conforme destaca Harvey (2006), aponta para o caráter desigual do desenvolvimento, o que caracteriza a realidade urbana das metrópoles regidas pelo sistema capitalista. Os resultados dos cálculos e sua espacialização nos períodos considerados refletem algumas das consequências deste crescimento (Figura 2).

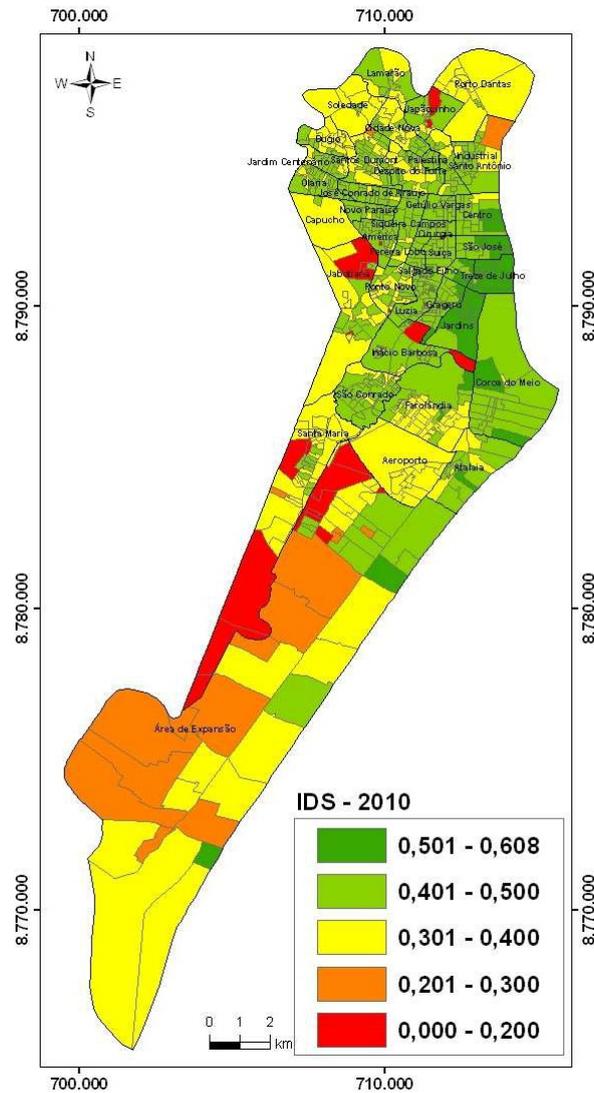
Figura 2. IDS em Aracaju, por setor censitário, nos anos 2000 e 2010



Fonte: Malhas digitais de setores censitários, (IBGE, 2010) e dados dos Censos demográficos 2000 e 2010 (IBGE, 2001 e 2010).

De maneira geral, percebe-se que houve um pequeno decréscimo dos valores máximos alcançados pelo índice entre os dois períodos: 0,610 em 2000 e 0,608 em 2010. Este fato pode ser explicado pelo aporte insuficiente de infraestrutura, saneamento e habitação necessários para atender à demanda gerada com o crescimento urbano. Neste aspecto, Souza (2009: 123) destaca a política habitacional centralizadora e desarticulada com as demandas públicas, como um fator contribuinte para o avanço do processo de metropolização e agravamento das demandas sociais em Aracaju. Neste sentido, é possível presumir que a iniciativa pública na área habitacional não tem acompanhado de maneira equitativa as necessidades crescentes da população com a expansão do fenômeno urbano. A Zona de Expansão Urbana (ZEU) ou como também é conhecida “Área de Expansão”, que abrange o litoral sul do município, apresentou, na maior parte dos setores que a compõem, um declínio dos valores do IDS, como pode ser visualizado na Figura 3, o que pode ser explicado por esta lacuna deixada pelo poder público no que diz respeito ao acompanhamento do crescimento populacional na área, com o provimento da infraestrutura necessária.

Figura 3. IDS-2010 e Divisão de Bairros em Aracaju incluindo a “Área de Expansão”



Fonte: Dados do Censo demográfico 2010, (IBGE, 2011) e Prefeitura Municipal de Aracaju.

Nota: Leis municipais: 875/1982; 2.666/1998; 2.811/2000; 3.357/2006.

O índice na ZEU chegava a alcançar, em 2000, o valor de 0,610 e, em 2010, passou a variar entre 0,201 e 0,540. Este fato é resultante, principalmente, da explosão demográfica nos últimos anos na área, que apresentou um dos maiores índices de crescimento populacional de Aracaju. Em 2000, a população residente na região era de 8.746 habitantes e o número de domicílios 2.790; em 2010, a população avançou para 26.297 e o número de domicílios para 8.042. Indicadores como domicílios com serviço de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo adequados, que apresentaram valores em torno de 1, no ano 2000, tiveram estas taxas reduzidas (variando de 0,01 a 0,9), resultado do aumento do número de domicílios sem o necessário acompanhamento da infraestrutura de saneamento. Segundo França e Rezende (2012: 10), desde 2001, a porção norte da ZEU recebeu 17 conjuntos habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial, totalizando 2.849 moradias destinadas a uma população com renda entre três a seis salários mínimos. Estas residências foram construídas sem dotação completa de infraestrutura, especialmente drenagem e esgotamento sanitário, o que ocasiona graves problemas no período chuvoso.

Outro importante declínio foi observado ao analisar a disponibilidade de renda. O indicador “percentagem dos responsáveis por domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos” variou em 2000, de 0,04 a

0,7 e em 2010, oscilou entre 0,01 e 0,5. Por outro lado, no que diz respeito ao grau de escolaridade, os setores da ZEU apresentaram um total de 104 responsáveis com terceiro grau completo em 2000, número que aumentou para 1.441 em 2010. Este dado aponta, não só para um significativo crescimento numérico populacional, mas, também, para uma peculiaridade desta população: a qualificação. Assim, ao contrário das outras dimensões – Acesso a saneamento básico, Qualidade habitacional e Disponibilidade de renda – a dimensão Grau de escolaridade, apresentou um avanço positivo entre 2000 e 2010, porém, não o suficiente para elevar o IDS da ZEU no período analisado.

Na parte nordeste do município merecem destaque os setores distribuídos em bairros como Centro, São José, Suíça, Treze de Julho, Gragerú, Luzia e Jardins que, em 2000 apresentaram valores de IDS variando entre 0,200 e 0,450, e, em 2010 passaram a concentrar os maiores valores, chegando a alcançar 0,608 em um dos setores do bairro Jardins. Nestes casos, os indicadores com valores mais elevados (próximos e/ou iguais a 1) estiveram associados às dimensões de Saneamento básico e Qualidade habitacional. A distribuição dos serviços de saneamento, especialmente, o serviço de rede de esgotamento sanitário, ligado à rede geral demonstrou o maior número de valores próximos a 1. A dimensão Grau de escolaridade também mostrou avanços, a exemplo do indicador: Percentagem dos responsáveis por domicílio com 3º grau completo. Neste aspecto, a maior parte dos setores dos referidos bairros apresentava valores entre 0 e 0,4 em 2000, e passou a variar entre 0,1 e 0,9 em 2010.

A disponibilidade de renda na maior parte dos setores distribuídos nos bairros supracitados apresentou também um sensível avanço positivo entre 2000 e 2010. Em 2000 o indicador “percentagem dos responsáveis por domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos” variava entre 0 e 0,6, e, em 2010, o valor máximo foi 0,7. Assim, esta região do município abriga hoje a maior parte da população urbana com melhor IDS.

Avanços positivos também foram observados, no que diz respeito às dimensões avaliadas, em boa parte dos setores que compõem bairros como Atalaia e Coroa do Meio, localizados entre a ZEU e a zona norte de Aracaju (Figura 3). Na maior parte dos setores da região central e centro-norte do município, ocorreram melhorias em algum dos indicadores, forçando um sensível aumento nos valores do IDS. Por outro lado, os mesmos avanços não foram verificados na região oeste e norte/noroeste do município, especialmente, nos setores que compõem bairros como Santa Maria, Jabotiana, Capucho, Soledade, Lamarão, Porto Dantas, Santo Antônio e Bairro Industrial.

3.2. Paralelo com os assentamentos precários

Gondim (2010) sugere a utilização do termo “assentamentos precários” em substituição à categoria utilizada pelo IBGE denominada de “aglomerados subnormais”. Segundo a autora, a substituição corresponde melhor às transformações mais recentes da problemática habitacional brasileira, onde se verifica uma convergência cada vez maior entre as precárias condições de habitabilidade nas favelas, nos loteamentos irregulares e nos conjuntos habitacionais deteriorados.

Segundo o IBGE, os aglomerados subnormais envolvem assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 (IBGE, 2010: 17), classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

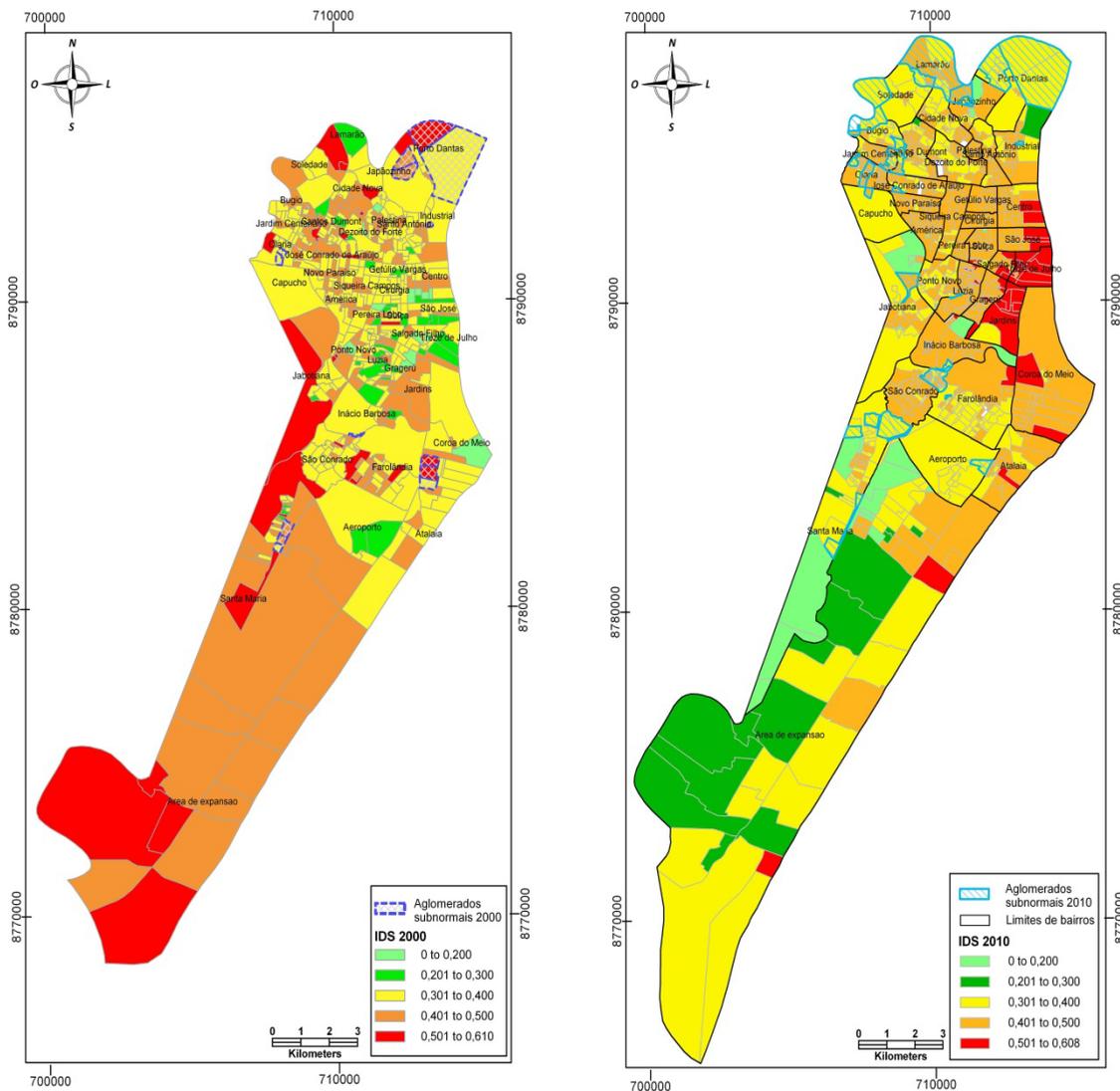
- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na

oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

Apesar de tratar-se de temáticas diferentes, é possível fazer um paralelo qualitativo entre o resultado do cálculo dos IDS 2000 e 2010 com os assentamentos precários em Aracaju, nos respectivos recortes temporais. Os indicadores que compõem o referido índice, conforme a Tabela 1, estão correlacionados parcialmente com o critério “b” que caracteriza os referidos assentamentos, quando enfatiza a precariedade na oferta de serviços públicos essenciais, de acordo com o IBGE. Considerando as características descritas sobre estes assentamentos precários, sua espacialização em 2000 e 2010 foi sobreposta aos mapas de IDS dos respectivos períodos (Figura 4) e foi possível constatar que:

a) Os assentamentos precários no ano 2000 eram 7 e agrupavam 15 setores censitários que tiveram valores de IDS variando entre 0,200 e 0,600. Isto significa uma espacialização heterogênea. Apesar de a maioria deles estar localizada em bairros como Olaria, Santa Maria e Porto Dantas, que já apresentavam, em sua maior parte, um padrão inferior com relação ao desenvolvimento social, dois assentamentos foram identificados em um bairro que apresentava um padrão razoável de IDS: a Coroa do Meio. Este fato é explicado pela presença de algumas palafitas nestes setores, que, por não terem sido identificadas isoladamente levaram a classificação de “aglomerados subnormais” pelo IBGE para todo o setor. Porém, ao considerar o número de pessoas residentes no mesmo e o cálculo da média dos indicadores do IDS, tem-se um valor relativamente alto para o índice.

Figura 4. IDS-2000 e 2010 associados aos assentamentos precários



Fonte: Malhas digitais de setores censitários, (IBGE, 2010); Aglomerados subnormais (INDE, 2012).

b) No ano de 2010, pode-se observar que o número de assentamentos precários passou para 28, agrupando um total de 73 setores censitários, sendo que os valores de IDS estiveram variando entre 0,200 e 0,400. Nota-se que ocorreu uma maior expansão em área e uma maior concentração dos aglomerados em bairros mais desprovidos dos serviços públicos essenciais como: Lamarão, Japãozinho, Porto Dantas, Soledade, Bugio, Olaria, Bairro Industrial, dentre outros. Os aglomerados subnormais que existiam na Coroa do Meio em 2000 desaparecem em 2010, por conta de diversas melhorias implantadas por obras públicas no bairro, o que afetou diretamente os valores do IDS.

As diferenças entre os dois períodos avaliados estão diretamente relacionadas com os métodos de análise utilizados entre as duas décadas e com a dinâmica socioeconômica local. Em 2000 ainda não eram utilizadas imagens de satélite de alta resolução para a identificação dos assentamentos, logo, sua distinção dentro do setor ficava a cargo apenas do recenseador. A partir de 2010, com os novos insumos geotecnológicos, a identificação dos mesmos ficou mais precisa, ao utilizar-se de imagens de satélite de maior resolução, e a realidade socioeconômica de alguns bairros também passou por alteração, em decorrência de melhorias implantadas por obras públicas.

4. Conclusões

O cálculo do IDS para Aracaju nos períodos de 2000 e 2010 revelou duas realidades urbanas fortemente influenciadas pelo processo de crescimento populacional e urbanização, típicos do crescimento urbano acelerado já vivenciado pelas capitais brasileiras a partir da década de 1950. O aumento da população, no período considerado, forçou a multiplicação dos setores censitários e a demanda por serviços básicos de saneamento, infraestrutura e habitação.

Atualmente, a maior parte dos setores que abriga a população mais bem servida nestes serviços, está localizada na zona nordeste do município, em bairros como Centro, São José, Suíça, Treze de Julho, Gragerú, Luzia e Jardins. Nestas áreas, a população também apresentou maior poder aquisitivo e maior grau de escolaridade, portanto, configuram-se como os *hots spots* dos valores do IDS-2010. Esta característica, no entanto, havia sido observada na maior parte dos setores da ZEU em 2000, porém, em 2010, esta região registrou o maior crescimento populacional de Aracaju, concentrando vários empreendimentos multifamiliares, sem, contudo desfrutar do acompanhamento de aporte suficiente de infraestrutura local, restringindo o atendimento à demanda populacional existente. Este fato acarretou um declínio dos valores do IDS-2010 em relação ao IDS-2000. Apesar disso, de maneira geral, ocorreram avanços positivos na maior parte dos setores censitários do município, localizados na região central e centro-norte, o que, contudo, não foi verificado no extremo setentrional e na parte oeste.

A espacialização do IDS no período 2000-2010 demonstrou que, não obstante o mérito do título de “cidade da qualidade de vida”, Aracaju tem assistido a um crescimento urbano acelerado. Tal crescimento tem gerado desigualdades socioespaciais, verificadas a partir da dinâmica microurbana, retratada pelas informações dos setores censitários que compõem sua malha municipal. Estas diferenças foram mais significativas na distribuição socioespacial dos setores do que nos valores máximos alcançados em cada ano analisado: 0,610 em 2000 e 0,608 em 2010.

O paralelo com os assentamentos precários demonstrou que, apesar de estes assentamentos irregulares não apresentarem, no conceito geral, uma identidade plena com as variáveis que compõem o IDS, os dois temas apresentam alguma similaridade, demonstrada pela análise espacial dos mesmos nos dois períodos considerados. Especialmente, em 2010, foi possível observar que não existem assentamentos nos setores que apresentam os maiores valores do índice. Também foi possível verificar que a expansão destes assentamentos, tanto em número como em área corresponde também a um aumento do número de setores com valores mais baixos de IDS com relação ao ano de 2000.

O cenário atual, retratado a partir da espacialização do IDS para Aracaju, aponta para a necessidade de políticas públicas que busquem equalizar o desenvolvimento social, promovendo o aporte de infraestrutura, saneamento e habitação de maneira mais equitativa e considerando a dinâmica populacional, especialmente nos bairros onde o crescimento tem se mostrado mais intenso.

BIBLIOGRAFIA

Cavallieri, F. e Lopes, G.P. (2008), “Índice de Desenvolvimento Social: comparando realidades microrurbanas da cidade do Rio de Janeiro”, Coleção Estudos Cariocas, (Online), disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/ed08.asp>

França, S.L.A., Rezende, V.F. (2012), “Urbanização dispersa da Zona de Expansão Urbana de Aracaju/SE: materialização de conflitos socioambientais”, *Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, (Online), Vol. 3, n.º 2, disponível em: www.uff.br/revistavitas.

Gondim, L.M.P. (2010), “Habitação popular, favela e meio ambiente”, Simpósio Temático integrante do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, disponível em: <http://www.anparq.org.br/congressos/index.php/ENANPARQ/1ENANPARQ/paper/downloadSuppFile/161/470>

Harvey, D. (2006), *Spaces of Global Capitalism: towards a theory of uneven geographical development*, Nova Iorque: Verso.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001), “Resultados do Censo Demográfico 2000”, IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), “Malhas digitais”, IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), *Manual de delimitação dos setores censitários*, Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), “Resultados do Censo Demográfico 2010”, IBGE, disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012), “Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA”, IBGE, disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=25&i=PA>

Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (2012), “Visualizador da INDE”, disponível em: <http://www.visualizador.inde.gov.br/>

Jannuzzi, P. de M. (2005), “Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil”, *Revista do Serviço Público*, Vol. 56, n.º 2, pp. 137-160.

Menezes, C.R.C., Vasconcelos, J.F., “O estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana”, *Revista Espaço Acadêmico*, Vol. 121, n.º 6, disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11927/7073>.

Nahas, M.I.P. (2008), “A qualidade de vida urbana em números”. *Com Ciência - Revista eletrônica de Jornalismo Científico*, disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=33&id=395&tipo=1&print=true>

Santos, B.M., Rodrigues, F. (2010), “História e meio ambiente: análise da relação Homem-Natureza no entorno do rio do sal (Aracaju-Se)”, *Webartigos*, disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/historia-e-meio-ambiente-analise-da-relacao-homem-natureza-no-entorno-do-rio-do-sal-aracaju-se/30911>.

Souza, B.C.M.F. (2009), *Desenvolvimento regional e gestão metropolitana: reflexões a partir da política habitacional na Região Metropolitana de Aracaju*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais, São Cristóvão, UFS.